

Sumário

Número de notícias: 10 | Número de veículos: 9

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: 4 perguntas sobre primeira grande batalha de Lula no Congresso 2

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que Haddad apresentou linhas mestras do arcabouço 5

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

O plano fiscal de Fernando Haddad que se tornou primeira grande batalha de Lula no Congresso 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Desconfiança do mercado financeiro é a mesma da eleição 9

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy detalha as alíquotas do IVA na reforma tributária 11

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Reforma tributária será fundamental para área do clima" (Artigo) 12

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Secretário revela números da composição do IVA 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Endividamento seguirá em expansão, mesmo com novo arcabouço, prevê Itaú 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

FPE propõe a Haddad desoneração linear da folha de pagamentos 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Transparência para a reforma - ADRIANA FERNANDES 19

Arcabouço fiscal: 4 perguntas sobre primeira grande batalha de Lula no Congresso

Agentes do mercado e políticos aguardam ansiosos o anúncio prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o chamado novo arcabouço fiscal. A expectativa é de que ele seja anunciado até o final deste mês.

O nome complicado pode ser traduzido, de forma simples, como um conjunto de regras que vai nortear a forma como o governo federal vai administrar as contas públicas, historicamente, um dos calcanhares de Aquiles dos últimos governos.

O anúncio ainda em março antecipa em cinco meses o prazo que o governo tinha para apresentar a sua proposta de novo regime fiscal.

Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional aprovou a chamada emenda constitucional da transição que determinou que o governo tinha até agosto para levar uma nova proposta para o Parlamento.

Apesar de Haddad afirmar que o novo conjunto de regras é consistente, o tema é visto com preocupação por agentes do mercado e já é considerado como a primeira grande batalha que Lula deverá enfrentar no Congresso Nacional. Um desafio que pode servir de termômetro para aferir o tamanho de sua base parlamentar e a habilidade da sua equipe de articuladores políticos.

À espera pelo anúncio das novas regras, a BBC News Brasil entrevistou três especialistas no assunto para responder quatro principais perguntas sobre o tema:

O que é o arcabouço fiscal?

O economista Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da consultoria Ryo Asset, explica que o Brasil tem uma série de regras fiscais que determinam como o governo pode gastar os recursos públicos e como ele deve gerir a dívida pública de forma que o Estado brasileiro tenha condições de honrar seus compromissos.

Entre elas está a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Outra regra é a que ficou conhecida como Teto de

Gastos, aprovada em 2016, durante a gestão de Michel **Temer** (MDB), que determinava que as despesas só poderiam crescer de acordo com a variação da inflação.

Nos últimos anos, porém, mecanismos como o teto de gastos viraram alvo de críticas. Por um lado, houve questionamentos por ela, supostamente, engessar os gastos públicos, limitando a quantidade de recursos injetados em uma determinada área.

De outro, a regra foi criticada por sua fragilidade, uma vez que, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), foram aprovadas propostas de emenda constitucional (PECs) que abriram brechas na norma, como a chamada PEC dos Precatórios, que flexibilizou o teto de gastos para acomodar gastos com o pagamento de precatórios devidos.

O novo arcabouço fiscal, portanto, seria uma revisão das regras que deverão ser seguidas pelo governo federal nos próximos anos.

O novo arcabouço é uma forma de agregar várias mudanças no ordenamento fiscal brasileiro porque há regras que ou não estão mais sendo aplicadas, ou perderam importância ou que não estão de acordo com a visão do novo governo, disse o economista.

Para a diretora-executiva da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Vilma da Conceição Pinto, o novo arcabouço fiscal é um conjunto de normas sobre a governança das contas e da dívida pública.

Quando falamos em um novo arcabouço, a gente fala de novos padrões de governança. Trata-se de tentar dar uma perspectiva sobre como o governo vai conduzir a sua política fiscal e equilibrar a qualidade do gasto público com a responsabilidade social, explica.

O ministro Fernando Haddad não tem dado detalhes sobre em que consiste o novo regimento desenhado pela equipe econômica do governo.

Na terça-feira (14/03), porém, o jornal O Globo publicou uma reportagem informando que um dos pontos previstos no novo arcabouço é zerar o déficit público até 2024.

Neste ano, a estimativa da equipe econômica seria deixar o déficit em até R\$ 100 bilhões.

O déficit público é a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta. Ainda de acordo com a reportagem, a proposta elaborada pela equipe de Haddad prevê modelos para que os gastos não superem as receitas e que as receitas sejam de pelo menos 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A estimativa é de que as regras propostas sejam apresentadas até o dia 21 deste mês, data da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, quando o órgão deve anunciar ou não mudanças na taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano.

Por que o mercado está ansioso?

Para os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, o principal motivo de os agentes do chamado mercado estarem ansiosos sobre a proposta que o governo deverá apresentar ao Congresso Nacional é a sinalização inicial de que o terceiro governo do presidente Lula seria de uma suposta pouca preocupação com o equilíbrio das contas públicas.

Essa preocupação teria tido início ainda durante a campanha eleitoral a partir de declarações do então candidato petista contra o teto de gastos e o sistema financeiro.

Não preciso de teto de gastos, quando você faz uma lei de teto de gastos é porque é irresponsável, porque você não confia no seu taco e não confia no que vai fazer. Quem é que obrigou a fazer esse teto de gastos, foi a Faria Lima? Foi o sistema financeiro? Sem se importar que o povo é dono de uma parte? , disse Lula em julho do ano passado.

Depois de eleito, Lula passou a defender uma expansão dos gastos públicos para, segundo ele, incluir a população pobre no orçamento do governo federal.

Lula também articulou a aprovação da emenda constitucional da transição que ampliou o déficit no orçamento de 2023 de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 231,5 bilhões para comportar, em parte, a manutenção em R\$ 600 do valor do benefício Auxílio Brasil, que havia sido promessa de campanha de Lula e Bolsonaro.

O mercado está ansioso porque, ainda que seja só narrativa, o governo só tem falado em expansão do gasto e não em corte de despesas. Isso eleva a preocupação dos agentes do mercado sobre a trajetória e a sustentabilidade da dívida , explicou o

Gabriel Leal de Barros, da Ryo Asset.

Vilma Conceição, do IFI, alerta, também, para a trajetória da relação entre a dívida pública e o **PIB**, um dos parâmetros para aferir a sustentabilidade das contas públicas de um país.

Desde 2015, houve um aumento da dívida do país em relação ao **PIB**. Naquele ano, a dívida bruta do governo era o equivalente a 57,2% do **PIB**. Em 2020, no auge da epidemia de covid-19, esse percentual chegou a 86,9%. Em 2022, o percentual caiu para 73,5%.

Hoje, nossa dívida tem uma trajetória insustentável. O novo arcabouço tem que indicar como é que o governo vai conduzir a dívida e trazê-la para parâmetros mais equilibrados e sustentáveis , disse.

E o que o mercado espera do novo arcabouço fiscal?

Vilma da Conceição Pinto, do IFI, explica.

Pra que essa regra seja crível, ela precisa ser simples, flexível, transparente e aplicável. Tem que ser de simples compreensão, transparente e aplicável para que não se transforme em uma letra morta , diz a especialista.

Não adianta a regra ser complicada ou não haver mecanismos de obrigar a sua aplicação. Se o mercado não tiver clareza sobre como ela irá funcionar, os efeitos podem ser negativos , afirma Gabriel Leal de Barros.

Como pode afetar a taxa de juros?

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil também afirmam que, a depender das regras fiscais apresentadas pelo governo, elas poderão sinalizar ou não para uma redução da taxa básica de juros em vigor no país.

Em resumo: se o novo arcabouço indicar que haverá mais controle sobre os gastos, a tendência seria de redução da taxa de juros. Do contrário, o mercado reagiria a uma percepção de maior risco sobre as contas públicas, pressionando os juros para cima.

Os juros estabelecidos pelo Banco Central têm sido um dos pontos mais criticados por Lula na área econômica. Segundo ele, o atual patamar da taxa (13,75%) afasta investidores e diminui a atividade econômica, afetando, por exemplo, a geração de empregos.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por sua vez, vem afirmando que os juros estão

altos, entre outros motivos, por conta do quadro das contas públicas.

Em fevereiro, Campos Neto voltou a defender a disciplina fiscal durante uma sessão solene no Congresso Nacional.

Hoje, o que a gente precisa concentrar é em ter uma disciplina fiscal, entendendo que precisamos ter um olho mais especial no social. Quanto mais transparente e eficiente o público for, mais aptos seremos para captar recursos privados , disse.

Para Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) e da Universidade de Brasília (UnB), a depender das regras que o governo apresentar, o mercado pode reagir positiva ou negativamente, afetando, por exemplo, a taxa de juros.

Em um ambiente de maior incerteza, os investidores cobram um maior prêmio de risco, que tem impacto nos juros. Se o arcabouço fiscal sinalizar com redução do déficit, o mercado vai ficar menos pressionado e isso abrirá caminho para reduzir a taxa de juros , disse Manoel Pires.

O governo precisa sinalizar com esse novo arcabouço que vai conduzir as contas públicas de forma sustentável. E aí isso gera impacto no curtíssimo prazo reduzindo o risco e gera condições ou a percepção de que a taxa de juros pode começar a cair , explica Vilma Conceição.

Por que novo arcabouço é primeira grande batalha de Lula no Congresso?

Na avaliação dos especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, aprovar o novo arcabouço fiscal vai ser a primeira grande batalha de Lula no Congresso Nacional por alguns motivos.

O primeiro deles é por motivos cronológicos. Se o novo arcabouço for apresentado ao Congresso em março, como planeja a equipe econômica do governo, sua tramitação deve começar antes da **Reforma Tributária**, outra proposta cara ao atual governo Lula.

Neste aspecto, o relógio corre contra o governo uma vez que, se o novo arcabouço não for aprovado neste ano, o orçamento de 2024 terá que seguir as regras fiscais antigas, ou seja: o governo Lula terá que se submeter ao teto de gastos que tanto criticou.

O segundo motivo é político.

A aprovação do novo arcabouço vai ser o primeiro grande teste da base política do governo Lula e vai

exigir muita articulação. Eu avalio que é mais complicado do que aprovar a **reforma tributária** porque nada impede o governo de adiar a reforma por alguns meses. O arcabouço, não , diz o economista Manoel Pires.

O arcabouço é como se fosse o Plano Real do Lula. Algumas pessoas vão dizer que estou exagerando, mas não acho que seja o caso. Essas regras serão fundamentais para ditar o futuro do governo, como o mercado vai reagir a ele e vão demandar muita negociação com o Congresso , disse o economista Gabriel Leal de Barros.

Em alguma medida, a aprovação do arcabouço pode criar condições melhores ou piores para a aprovação da **reforma tributária** , completou Barros.

A preocupação sobre a capacidade de negociação e o tamanho da base parlamentar do governo tem sido uma constante nos corredores do Congresso Nacional.

Apesar de vencer Bolsonaro nas urnas, Lula não conseguiu eleger uma bancada no Parlamento capaz de lhe dar uma maioria folgada. O PL, partido de Bolsonaro, foi a legenda que elegeu o maior número de deputados federais, por exemplo.

Para ampliar sua base, Lula distribuiu ministérios para partidos aliados e tentou se aproximar de legendas que oscilaram entre ele e Bolsonaro, como o União Brasil, que tem três ministérios, mas ainda não firmou posição oficial a favor do governo do petista.

Mesmo assim, ainda não há certeza sobre se Lula conseguirá contar com uma base capaz de aprovar matérias importantes para o seu governo.

No dia 6 de março, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) disse que Lula não tinha votos suficientes para aprovar seus projetos.

Hoje, o governo ainda não tem uma base consistente nem na Câmara, nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matéria de quórum constitucional , disse Lira.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Arcabouço fiscal: 4 perguntas sobre primeira grande batalha de Lula no Congresso

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5080672-arcabouco-fiscal-4-perguntas-sobre-primeira-grande-batalha-de-lula-no-congresso.html>

Lira diz que Haddad apresentou linhas mestras do arcabouço

São Paulo

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou, em entrevista à GloboNews, que o jantar que teve com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi amistoso e de aproximação, marcado por conversas sobre o arcabouço fiscal e a reforma tributária. Ele disse que o chefe da equipe econômica lhe apresentou as linhas mestras da nova regra, mas que não o forçou por detalhes.

O núcleo do governo precisa sintonizar e apoiar o texto que o ministro da Fazenda - junto com sua equipe, envolvendo o Ministério do Planejamento - decidir. A princípio, este texto vem sendo gestado com muito carinho, com muito afinco, a muitas mãos, ouvindo pessoas das mais diversas opiniões, disse Lira, na entrevista que foi ao ar na noite da quarta-feira na emissora.

Lira elogiou as conversas que têm tido com Haddad, classificando-as como proveitosas.

Segundo o presidente da Câmara, o ministro tem tido sensibilidade muito boa no diálogo com o Parlamento e que, desta forma, conta com a simpatia e a boa vontade dos deputados. É louvável a capacidade de arregimentação dele, da equipe dele no trato com o Congresso Nacional, disse.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/03/16/lira-diz-que-haddad-apresentou-linhas-mestras-do-arcabouco.htm>

O plano fiscal de Fernando Haddad que se tornou primeira grande batalha de Lula no Congresso

Agentes do mercado e políticos aguardam ansiosos o anúncio prometido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o chamado novo arcabouço fiscal. A expectativa é de que ele seja anunciado até o final deste mês.

O nome complicado pode ser traduzido, de forma simples, como um conjunto de regras que vai nortear a forma como o governo federal vai administrar as contas públicas, historicamente, um dos calcanhares de Aquiles dos últimos governos.

O anúncio ainda em março antecipa em cinco meses o prazo que o governo tinha para apresentar a sua proposta de novo regime fiscal.

Em dezembro do ano passado, o Congresso Nacional aprovou a chamada emenda constitucional da transição que determinou que o governo tinha até agosto para levar uma nova proposta para o Parlamento.

Apesar de Haddad afirmar que o novo conjunto de regras é consistente, o tema é visto com preocupação por agentes do mercado e já é considerado como a primeira grande batalha que Lula deverá enfrentar no Congresso Nacional. Um desafio que pode servir de termômetro para aferir o tamanho de sua base parlamentar e a habilidade da sua equipe de articuladores políticos.

À espera pelo anúncio das novas regras, a BBC News Brasil entrevistou três especialistas no assunto para responder quatro principais perguntas sobre o tema:

O economista Gabriel Leal de Barros, sócio e economista-chefe da consultoria Ryo Asset, explica que o Brasil tem uma série de regras fiscais que determinam como o governo pode gastar os recursos públicos e como ele deve gerir a dívida pública de forma que o Estado brasileiro tenha condições de honrar seus compromissos.

Entre elas está a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Outra regra é a que ficou conhecida como Teto de Gastos, aprovada em 2016, durante a gestão de Michel **Temer** (MDB), que determinava que as despesas só poderiam crescer de acordo com a variação da inflação.

Nos últimos anos, porém, mecanismos como o teto de gastos viraram alvo de críticas. Por um lado, houve questionamentos por ela, supostamente, engessar os gastos públicos, limitando a quantidade de recursos injetados em uma determinada área.

De outro, a regra foi criticada por sua fragilidade, uma vez que, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL), foram aprovadas propostas de emenda constitucional (PECs) que abriram brechas na norma, como a chamada PEC dos Precatórios, que flexibilizou o teto de gastos para acomodar gastos com o pagamento de precatórios devidos.

O novo arcabouço fiscal, portanto, seria uma revisão das regras que deverão ser seguidas pelo governo federal nos próximos anos.

O novo arcabouço é uma forma de agregar várias mudanças no ordenamento fiscal brasileiro porque há regras que ou não estão mais sendo aplicadas, ou perderam importância ou que não estão de acordo com a visão do novo governo, disse o economista.

Para a diretora-executiva da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Vilma da Conceição Pinto, o novo arcabouço fiscal é um conjunto de normas sobre a governança das contas e da dívida pública.

Quando falamos em um novo arcabouço, a gente fala de novos padrões de governança. Trata-se de tentar dar uma perspectiva sobre como o governo vai conduzir a sua política fiscal e equilibrar a qualidade do gasto público com a responsabilidade social, explica.

O ministro Fernando Haddad não tem dado detalhes sobre em que consiste o novo regramento desenhado pela equipe econômica do governo.

Na terça-feira (14/03), porém, o jornal O Globo publicou uma reportagem informando que um dos pontos previstos no novo arcabouço é zerar o déficit público até 2024.

Neste ano, a estimativa da equipe econômica seria deixar o déficit em até R\$ 100 bilhões.

O déficit público é a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele gasta. Ainda de acordo com a reportagem, a proposta elaborada pela equipe de Haddad prevê modelos para que os gastos não superem as receitas e que as receitas sejam de pelo menos 19% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

A estimativa é de que as regras propostas sejam apresentadas até o dia 21 deste mês, data da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, quando o órgão deve anunciar ou não mudanças na taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano.

Para os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, o principal motivo de os agentes do chamado mercado estarem ansiosos sobre a proposta que o governo deverá apresentar ao Congresso Nacional é a sinalização inicial de que o terceiro governo do presidente Lula seria de uma suposta pouca preocupação com o equilíbrio das contas públicas.

Essa preocupação teria tido início ainda durante a campanha eleitoral a partir de declarações do então candidato petista contra o teto de gastos e o sistema financeiro.

Não preciso de teto de gastos, quando você faz uma lei de teto de gastos é porque é irresponsável, porque você não confia no seu taco e não confia no que vai fazer. Quem é que obrigou a fazer esse teto de gastos, foi a Faria Lima? Foi o sistema financeiro? Sem se importar que o povo é dono de uma parte? , disse Lula em julho do ano passado.

Depois de eleito, Lula passou a defender uma expansão dos gastos públicos para, segundo ele, incluir a população pobre no orçamento do governo federal.

Lula também articulou a aprovação da emenda constitucional da transição que ampliou o déficit no orçamento de 2023 de R\$ 63,7 bilhões para R\$ 231,5 bilhões para comportar, em parte, a manutenção em R\$ 600 do valor do benefício Auxílio Brasil, que havia sido promessa de campanha de Lula e Bolsonaro.

O mercado está ansioso porque, ainda que seja só narrativa, o governo só tem falado em expansão do gasto e não em corte de despesas. Isso eleva a

preocupação dos agentes do mercado sobre a trajetória e a sustentabilidade da dívida , explicou o Gabriel Leal de Barros, da Ryo Asset.

Vilma Conceição, do IFI, alerta, também, para a trajetória da relação entre a dívida pública e o **PIB**, um dos parâmetros para aferir a sustentabilidade das contas públicas de um país.

Desde 2015, houve um aumento da dívida do país em relação ao **PIB**. Naquele ano, a dívida bruta do governo era o equivalente a 57,2% do **PIB**. Em 2020, no auge da epidemia de covid-19, esse percentual chegou a 86,9%. Em 2022, o percentual caiu para 73,5%.

Hoje, nossa dívida tem uma trajetória insustentável. O novo arcabouço tem que indicar como é que o governo vai conduzir a dívida e trazê-la para parâmetros mais equilibrados e sustentáveis , disse.

E o que o mercado espera do novo arcabouço fiscal?

Vilma da Conceição Pinto, do IFI, explica.

Pra que essa regra seja crível, ela precisa ser simples, flexível, transparente e aplicável. Tem que ser de simples compreensão, transparente e aplicável para que não se transforme em uma letra morta , diz a especialista.

Não adianta a regra ser complicada ou não haver mecanismos de obrigar a sua aplicação. Se o mercado não tiver clareza sobre como ela irá funcionar, os efeitos podem ser negativos , afirma Gabriel Leal de Barros.

Os especialistas ouvidos pela BBC News Brasil também afirmam que, a depender das regras fiscais apresentadas pelo governo, elas poderão sinalizar ou não para uma redução da taxa básica de juros em vigor no país.

Em resumo: se o novo arcabouço indicar que haverá mais controle sobre os gastos, a tendência seria de redução da taxa de juros. Do contrário, o mercado reagiria a uma percepção de maior risco sobre as contas públicas, pressionando os juros para cima.

Os juros estabelecidos pelo Banco Central têm sido um dos pontos mais criticados por Lula na área econômica. Segundo ele, o atual patamar da taxa (13,75%) afasta investidores e diminui a atividade econômica, afetando, por exemplo, a geração de empregos.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por sua vez, vem afirmando que os juros estão

altos, entre outros motivos, por conta do quadro das contas públicas.

Em fevereiro, Campos Neto voltou a defender a disciplina fiscal durante uma sessão solene no Congresso Nacional.

Hoje, o que a gente precisa concentrar é em ter uma disciplina fiscal, entendendo que precisamos ter um olho mais especial no social. Quanto mais transparente e eficiente o público for, mais aptos seremos para captar recursos privados , disse.

Para Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) e da Universidade de Brasília (UnB), a depender das regras que o governo apresentar, o mercado pode reagir positiva ou negativamente, afetando, por exemplo, a taxa de juros.

Em um ambiente de maior incerteza, os investidores cobram um maior prêmio de risco, que tem impacto nos juros. Se o arcabouço fiscal sinalizar com redução do déficit, o mercado vai ficar menos pressionado e isso abrirá caminho para reduzir a taxa de juros , disse Manoel Pires.

O governo precisa sinalizar com esse novo arcabouço que vai conduzir as contas públicas de forma sustentável. E aí isso gera impacto no curtíssimo prazo reduzindo o risco e gera condições ou a percepção de que a taxa de juros pode começar a cair , explica Vilma Conceição.

Na avaliação dos especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, aprovar o novo arcabouço fiscal vai ser a primeira grande batalha de Lula no Congresso Nacional por alguns motivos.

O primeiro deles é por motivos cronológicos. Se o novo arcabouço for apresentado ao Congresso em março, como planeja a equipe econômica do governo, sua tramitação deve começar antes da **Reforma Tributária**, outra proposta cara ao atual governo Lula.

Neste aspecto, o relógio corre contra o governo uma vez que, se o novo arcabouço não for aprovado neste ano, o orçamento de 2024 terá que seguir as regras fiscais antigas, ou seja: o governo Lula terá que se submeter ao teto de gastos que tanto criticou.

O segundo motivo é político.

A aprovação do novo arcabouço vai ser o primeiro grande teste da base política do governo Lula e vai exigir muita articulação. Eu avalio que é mais complicado do que aprovar a **reforma tributária** porque nada impede o governo de adiar a reforma por

alguns meses. O arcabouço, não , diz o economista Manoel Pires.

O arcabouço é como se fosse o Plano Real do Lula. Algumas pessoas vão dizer que estou exagerando, mas não acho que seja o caso. Essas regras serão fundamentais para ditar o futuro do governo, como o mercado vai reagir a ele e vão demandar muita negociação com o Congresso , disse o economista Gabriel Leal de Barros.

Em alguma medida, a aprovação do arcabouço pode criar condições melhores ou piores para a aprovação da **reforma tributária** , completou Barros.

A preocupação sobre a capacidade de negociação e o tamanho da base parlamentar do governo tem sido uma constante nos corredores do Congresso Nacional.

Apesar de vencer Bolsonaro nas urnas, Lula não conseguiu eleger uma bancada no Parlamento capaz de lhe dar uma maioria folgada. O PL, partido de Bolsonaro, foi a legenda que elegeu o maior número de deputados federais, por exemplo.

Para ampliar sua base, Lula distribuiu ministérios para partidos aliados e tentou se aproximar de legendas que oscilaram entre ele e Bolsonaro, como o União Brasil, que tem três ministérios, mas ainda não firmou posição oficial a favor do governo do petista.

Mesmo assim, ainda não há certeza sobre se Lula conseguirá contar com uma base capaz de aprovar matérias importantes para o seu governo.

No dia 6 de março, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) disse que Lula não tinha votos suficientes para aprovar seus projetos.

Hoje, o governo ainda não tem uma base consistente nem na Câmara, nem no Senado, para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matéria de quórum constitucional , disse Lira.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-plano-fiscal-de-fernando-haddad-que-se-tornou-primeira-grande-batalha-de-lula-no-congresso,fd7c220d8bc853ef587308ce6da579fefn6fd5hu.html>

Análise: Desconfiança do mercado financeiro é a mesma da eleição

Luiz Carlos Azedo

A Consultoria Genial Quaest divulgou, ontem, uma pesquisa com representantes do mercado financeiro que mostra claramente a má vontade desses setores com o governo Lula. É a mesma registrada na eleição, quando apoiaram a recondução do presidente Jair Bolsonaro e a continuidade da política econômica do ex-ministro Paulo Guedes, o Posto Ipiranga do governo passado. Cerca de 94% confiam pouco ou nada no presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O levantamento foi realizado entre 10 e 13 de março e ouviu 82 representantes de fundos de investimentos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A pesquisa também apontou que 98% dos entrevistados consideram que a economia do país, com o governo Lula, está indo na direção errada. O pessimismo em relação aos próximos 12 meses também é grande: 78% dos representantes acham que a economia vai piorar. A pesquisa mostra também um alinhamento com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, pois 90% consideram a relação do governo com o BC negativa; 89% temem a sua exoneração. Confiam muito no presidente do BC 68% dos entrevistados.

O único dado positivo para o governo na pesquisa Genial Quaest é o apoio à **reforma tributária**, que chega a 91% quanto à unificação dos **impostos** e à perspectiva de aprovar a reforma em seis meses. A desconfiança em relação à sustentabilidade da política fiscal chega a 90%, com base numa previsão de que a economia precisaria de um superávit primário entre

R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões. Não é uma meta inalcançável.

O resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 99,0 bilhões em janeiro, ante superávit de R\$ 101,8 bilhões no mesmo mês de 2022. O governo central e os regionais registraram superávits respectivos de R\$ 79,4 bilhões e de R\$ 21,8 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$ 2,2 bilhões. Em 12 meses, o setor público consolidado obteve superávit de R\$ 123,2 bilhões, equivalente a 1,24% do **PIB** e 0,04 p.p. inferior ao superávit registrado em 2022.

O mercado financeiro defende como prioridade o

controle de gastos/despesas, punição em caso de não cumprimento e a estabilização/controle da dívida. A primeira consideração em relação à pesquisa é o fato de que seu universo está restrito ao mundo das aplicações financeiras, os setores que mais ganham com a taxa de juros de 13,75%. Entretanto, o setor produtivo do país começa a reclamar da taxa de juros e da falta de crédito.

A pesquisa mostra também que esses setores do mercado continuam alienados em relação à gravidade da situação do país, que o novo governo procura enfrentar. Por essa razão, o posicionamento da opinião pública é muito diferente, pois 62% acham que a economia vai melhorar. Se o presidente Lula fizesse um choque fiscal, como muitos gostariam, seria um estelionato eleitoral. A pesquisa reflete o conflito distributivo que o país enfrenta.

O apoio popular quase 12 pontos acima de sua votação no segundo turno (50,9%) foi o principal fator para que a tentativa de golpe de 8 de janeiro passado fracassasse. Esse apoio deu sustentação política às decisões de Lula, do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes para enfrentar os golpistas, bem como dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Viagem à China

Os economistas debatem saídas para o momento em que estamos vivendo. Serão os primeiros avalistas da qualidade da proposta de âncora fiscal em debate no governo. Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou o arcabouço do projeto ao presidente Lula, que pretende encaminhá-la ao Congresso antes de viajar à China. Substituir o teto de gastos e restabelecer a responsabilidade fiscal não são coisas incompatíveis, mas exigem competência. Se a montanha parir um rato, o governo Lula vai patinar e fracassar.

Além do presidente da Câmara, Lula está levando na sua comitiva 20 deputados, a maioria líderes de bancada, além de integrantes das frentes parlamentares. Estão representados os seguintes partidos: PT - 4; PP - 3; MDB - 2; PCdoB - 2; PSD - 2; Avante - 1; Cidadania - 1; Patriota - 1; PDT - 1; Podemos - 1; PSDB - 1; e Rede - 1. Se Lula não

conseguir articular sua base na Câmara durante essa viagem, quem conseguirá?

Na sequência da âncora fiscal, o governo pretende aprovar a **reforma tributária**, com a transformação de cinco **impostos** num só. A expectativa oficial é de que seu impacto na geração do **PIB** seja da ordem de 20%, o que é muito otimismo. Se for a metade disso, já será um grande sucesso, invertendo a curva de crescimento da economia. A proposta organiza o sistema tributário brasileiro como nunca foi feito antes. Qualquer economista de bom senso sabe que essa reforma está indo no caminho certo, avalia Haddad. O Imposto sobre Valor Agregado (IVA), além de unificar **tributos**, elimina a cumulatividade de cobranças na cadeia produtiva e elimina distorções entre setores da economia.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para contato. Clique aqui e mande o e-mail.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/03/5080633-analise-desconfianca-do-mercado-financeiro-e-a-mesma-da-eleicao.html>

Appy detalha as alíquotas do IVA na reforma tributária

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou ontem que o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) proposto na mudança terá alíquotas de 9% para o governo federal, 14% para Estados e 2% para municípios, totalizando 25%. A declaração foi feita durante seminário promovido pela Associação Nacional do Ministério Público de Contas.

Appy detalhou as alíquotas por ente da federação ao ser questionado se a **reforma tributária** traria ganho de arrecadação para os municípios. Segundo ele, isso dependerá do nível de fiscalização das prefeituras para formalizar as vendas no varejo:

- Os municípios, nesse modelo de reforma, terão uma alíquota do imposto. Simplificando, a alíquota federal será de 9%, dos Estados, 14%, e dos municípios, 2%. De todo consumo no município, 2% será receita do município. O município pode não se esforçar e, a rigor, ele vai receber alguma coisa. E ele pode fiscalizar o varejo e terá uma boa receita. Ele ganhará 2% de tudo o que conseguir formalizar de vendas no varejo.

O secretário declarou que a concessão de tratamento diferenciado para qualquer setor da economia implicará aumento de alíquotas

para os demais setores. Segundo ele, mesmo os setores que avaliam que serão mais tributados querem corrigir as distorções do sistema com uma reforma

Appy também negou que esteja em estudo conceder créditos tributários para o setor de serviços com base nos gastos previdenciários com a mão de obra. De acordo com o secretário, a desoneração da folha de pagamentos é um assunto completamente diferente do crédito tributário gerado pelo IVA.

Segundo Appy, os ricos consomem mais serviços que os pobres e, na prática, pagam menos **impostos**, porque os serviços são menos tributados no Brasil.

- O preço para o consumidor de serviços vai subir, e o preço para o consumidor de mercadoria vai cair. Rico consome serviço, e o pobre consome mercadoria. Está errado? Se querem discutir saúde e educação por outros motivos, vamos discutir. Mas está errado tributar por igual o que o rico consome? Você acha que está correto tributar menos o que o rico consome

do que o pobre consome? É isso? É essa a discussão? Acho importante a gente olhar o todo. Dizem que o setor de serviços gera emprego. O que gera emprego é a macroeconomia arrumada e flexibilidade no mercado de trabalho - completou.

Site: http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/acesivel/?_ga=2.45471523.669677272.1505116023-491971996.1497684719

"Reforma tributária será fundamental para área do clima" (Artigo)

Daniela Chiaretti De São Paulo A **reforma tributária** pode não só beneficiar, como ser estratégica para a descarbonização da economia brasileira. "Irás assegurar que os investimentos em renováveis possam ser competitivos? Fazer com que investimentos verdes tenham a mesma competitividade que os não verdes?", aponta Ana Toni, indicada para ser a secretária nacional de mudança do clima do Ministério do Meio Ambiente. "A **reforma tributária** será fundamental para a área de clima", continua.

A economista e doutora em ciência política conhece o trabalho e a preocupação com clima do secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy. "Esperamos que ele possa olhar com carinho para quais impactos a **reforma tributária** vai ter em uma economia que está querendo se colocar, por exemplo, na área de bioeconomia", cita. "Clima não é só um tema ambiental, estamos falando de modelo de desenvolvimento. Não é um tema restrito ao MMA. Depende de todos os ministérios", continua, elogiando o fato de 17 pastas terem criado alguma estrutura dedicada ao tema, prioridade no governo Lula.

Ana Toni está em seu primeiro cargo público. Dirigia o Instituto Clima e Sociedade, o iCS, organização filantrópica muito atuante na temática climática. Antes disso foi presidente do conselho do Greenpeace Internacional, dirigiu a Fundação Ford no Brasil e a Action Aid. Ela diz que o governo irá discutir as prioridades na ação climática. Na perspectiva da secretaria, contudo, a intenção é estimular a elaboração de planos setoriais muito além do essencial combate ao desmatamento, mas também em agricultura, energia, transportes, indústria. Outro ponto é ter um plano robusto de adaptação climática.

A terceira frente, adianta, é trabalhar com o Ministério da Fazenda na cesta de instrumentos financeiros que irão alicerçar a política climática. "Mercado de carbono é um deles; taxonomia [definir quais são investimentos verdes] é um segundo, financiamento, outro." Ela deixa claro que "mercados de carbono são importantes, mas são apenas um dos mecanismos. Não são a bala de prata".

"Não há outra maneira de combater a mudança climática no Brasil senão com justiça social", diz ela, em entrevista ao Valor. A seguir, os principais trechos:

Valor: Qual a sua percepção: é maior a consciência da emergência climática?

Ana Toni: A sensação é que a agenda do clima chegou e está no centro do poder. Esse governo tem um comprometimento muito claro sobre esse tema. Acho que nunca teve um governo que tenha se posicionado desde o começo tão fortemente, não só o presidente Lula, mas também o grupo de ministros e ministras que foi escolhido. Clima está presente em 17 ministérios. E o mundo está discutindo o assunto. Trabalho com isso desde 1991 e minha sensação é que agora não é mais uma questão de "se", mas de "como", e de acelerar o processo. O mundo tem pressa, nós temos pressa. Precisamos ver como implementamos rapidamente o que precisa ser feito. Nos últimos quatro anos trabalhamos a agenda foi muito difícil, virou centro do debate político no Brasil. Que bom que o pior passou. A sensação não é só de alívio, mas de responsabilidade. Temos que recuperar o tempo perdido, perdemos quatro anos de ação. E tudo o que a gente não pode na agenda do clima é perder tempo.

Valor: Qual o campo de atuação da Secretaria do Clima?

Ana Toni: O nome deixa bastante claro - é a Secretaria Nacional de Mudança do Clima e tem a responsabilidade de coordenar a política nacional de clima. Logicamente junto com todos os ministérios, com a Casa Civil, com a Presidência. E muito próxima também ao Itamarati, uma relação que sempre existiu entre as duas pastas, pela representação do país junto à Convenção do Clima e às COPs. Acredito que seremos ainda mais próximos por causa da preparação da COP 30, em 2025, no Brasil, se aprovada.

Valor: Sobre a COP, em Belém, a decisão internacional sai este ano?

Ana Toni: Sim, mas o governo já está antenado sobre quais são os requisitos e o que precisa ser feito. Já há conversas no governo com a prefeitura de Belém e o governo do Pará. Estamos nos adiantando, embora o processo ainda não esteja finalizado. É que não dá para esperar. Já estamos começando a ver o que precisa ser feito.

Valor: Já se fala no governo sobre elaborar uma nova NDC, rever o compromisso climático do Brasil?

Ana Toni: Ainda não começamos a pensar como será a nova NDC. Mas temos consciência que vamos precisar iniciar um processo, o mais rápido possível, para debater o novo compromisso climático. Existe a Comissão Interministerial de Clima, presidida pela Casa Civil, e a ideia é marcar logo uma primeira reunião para começar a ver quais são as agendas prioritárias do governo na área de clima.

Que bom que o pior passou. A sensação é de responsabilidade e de alívio. Temos que recuperar o tempo perdido" Valor: Quais são as prioridades?

Ana Toni: Essa é uma decisão não só no Ministério do Meio Ambiente, mas de governo. A perspectiva da secretaria é ter uma política nacional de clima que não abrange só a meta, a NDC. É trabalhar em planos setoriais e olhar mecanismos que apoiem os planos setoriais. Isso é fundamental. Por enquanto temos metas e não temos planos substantivos, mecanismos, recursos que sustentem os planos. Essa é uma prioridade para nós. A segunda é o plano nacional de adaptação. Temos um trabalho bem feito, de 2016, mas muito inicial. As consequências da mudança do clima já estão conosco, acabamos de ver a seca no Rio Grande do Sul, as chuvas devastadoras no litoral norte de São Paulo. Então está claro que a gente também precisa ter um plano de adaptação muito robusto, setorial, com cenários de riscos mais detalhados e trabalhar para isso em conjunto com diversos ministérios. A terceira é trabalhar com todos os mecanismos financeiros que vão alicerçar a política climática: mercado de carbono é um deles; taxonomia é um segundo, financiamento, investimentos. Há uma gama de instrumentos financeiros para sustentar a política climática. É importante que a gente trabalhe bem próximos ao Ministério da Fazenda para elaborar tudo isso.

Valor: Mais algum desafio?

Ana Toni: Sim, e aqui há algo para celebrar: hoje em dia existem 17 ministérios com estruturas diretas ou indiretas de clima, o que é muito bom e mostra o quão prioritário é o tema nesse governo. Com essa oportunidade, vem o desafio da coordenação, que cabe ao Ministério de Meio Ambiente junto com a Casa Civil. Temos que usar todo esse empenho dos ministérios e trabalhar juntos. É assegurando que todos nós trabalharemos na mesma direção, com prioridades decididas coletivamente, que conseguirmos chegar mais rápido nos nossos objetivos. O tema de clima é compartilhado e transversal no governo. É uma política de Estado. E aí não só entre os ministérios. Os governos subnacionais serão

fundamentais, assim como o setor privado. Esse desafio de articulação, de coordenação, de assegurar que estamos todos nadando na mesma direção, vai ser crucial.

Valor: Quais os passos para se chegar a um bom plano de adaptação à mudança do clima?

Ana Toni: Temos que fazer um mapa das ações de adaptação que já existem em várias esferas e que estão dispersas. O que foi implementado do plano de adaptação de 2016 e o que não foi. Mapear as atividades que já estão acontecendo em diversos ministérios, nas cidades, nos Estados. A partir daí, priorizar algumas ações. Temos coisas maravilhosas, como o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Cemaden, e todo o trabalho que a Defesa Civil já vem fazendo. Como é que isso se integra? Foi muito incipiente o que o Brasil fez sobre adaptação até agora. Mas existem muitas oportunidades e atividades localizadas. Temos que mapear isso tudo, ver o que está faltando. Diria que falta quase tudo. Mas temos que priorizar e organizar esse debate. Espero que a secretaria possa ter esse papel, de ajudar o governo federal para que a gente saia com um plano robusto de adaptação. Não será perfeito, não será completo, mas será uma trajetória. Precisamos desenhar essa trajetória e dar os primeiros passos. Há muito a fazer em adaptação climática.

Valor: Sobre mecanismos financeiros: quais os passos na discussão de mercado de carbono?

Ana Toni: Primeiro penso que é preciso colocar o tema "mercado de carbono" no seu devido lugar. Ele é importante, mas é um mecanismo financeiro entre muitos, não é "o" mecanismo financeiro. Não é uma bala de prata, não vai resolver todos os nossos problemas. Temos que trabalhar com uma cesta: investimentos, taxonomia, toda a área de finanças, **tributos**. Em segundo lugar, a prioridade do governo é, logicamente, o mercado de carbono regulado. Há vários projetos de lei no Congresso nesse sentido. Estamos olhando todos esses projetos, avaliando cada um, para termos, como governo, um posicionamento sobre os projetos na mesa, poder se pronunciar e tomar uma decisão. Estamos no momento da análise.

Valor: O que se vê forte nestes tempos são comunidades amazônicas sendo muito assediadas por empresas querendo negociar o carbono daquelas áreas, mas sem entender o que estão assinando.

Ana Toni: O que você menciona está acontecendo no mercado de carbono voluntário. Essas conversas meio que se confundem. O mercado de carbono regulado, o "cap" and "trade", é o que existe em Europa, China e

outros lugares. Há algo importante e específico para países como o Brasil, que é o mercado de créditos de carbono florestais, e de desmatamento reduzido. O método de pagamento por resultados é o nosso Fundo Amazônia, um mecanismo que está funcionando, é transparente e maravilhoso. Essa é a prioridade. E tem o mercado de carbono voluntário, que está sem diretriz. Estamos já olhando para ele e vendo o que é bom, o que é ruim e o que precisa ser feito. O Estado tem um papel de criar salvaguardas para assegurar que as populações não sejam assediadas como está acontecendo sem nenhuma proteção.

Valor: O que é taxonomia?

Ana Toni: A taxonomia, no setor financeiro, é dar os sinais corretos para os investidores sobre quais investimentos são amigáveis para o clima. Esse debate é amplo e já está avançado em países da Europa, por exemplo. Trata-se de definir o que é um investimento verde. Aqui no Brasil estamos iniciando essa discussão, que é muito importante tanto para investimentos privados como para investimentos públicos. Para que o investidor que quiser priorizar investimentos verdes tenha segurança de que não se trata de "greenwashing".

Valor: A **reforma tributária** pode beneficiar o clima?

Ana Toni: Certamente. Não só beneficiar, mas talvez fazer com que os investimentos verdes tenham a mesma competitividade que os não verdes. O secretário especial da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, tem essa preocupação. Esperamos que ele possa olhar com carinho para quais impactos a **reforma tributária** vai ter em uma economia que está querendo se colocar, por exemplo, na área de bioeconomia. Vai beneficiar a bioeconomia? Ou assegurar que os investimentos em renováveis possam ser competitivos? A **reforma tributária** será fundamental para a área de clima.

Valor: O Brasil está recebendo visitas do alto escalão do governo de países parceiros e preocupados com clima. Como vê essa efervescência?

Ana Toni: Essa efervescência é reflexo do apagão que estava o Brasil nos últimos quatro anos e da vontade de os países voltarem a cooperar com o Brasil de diversas maneiras. Mas é principalmente o reconhecimento de agora ter um governo que está comprometido com o combate às mudanças do clima e o combate ao desmatamento, tendo o presidente Lula deixando absolutamente claro que isso é uma prioridade. Demonstra, acho, o interesse e o reconhecimento do mundo da importância do Brasil no combate às mudanças do clima. Há muito oferecimento de apoio e solidariedade. Sabem

também que o Brasil pode ter um papel de liderança.

Valor: Haverá disponibilidade de recursos para o Brasil?

Ana Toni: Não tenho nenhuma dúvida de que muito recurso pode vir para o Brasil, se fizermos a lição de casa certa. O Fundo Amazônia foi recomeçado. Os governos norueguês e alemão já falaram nisso, há a promessa do governo americano de colocar recursos no fundo e em outros mecanismos. O Fundo Amazônia é a prioridade, mas acredito em recursos para agricultura de baixo carbono, para área de renováveis e hidrogênio verde, recursos para adaptação, que vamos precisar muito. Não estamos buscando só recursos, mas também a troca de experiências, cooperação técnico-científica. Temos conversado bastante também sobre oceanos e zonas costeiras.

O tema de clima é compartilhado, muito central, prioritário e transversal no governo. É uma política de Estado" Valor: Em que medida?

Ana Toni: Os oceanos têm papel muito importante no balanço da temperatura e na meta de chegarmos a 1,5°C. Os oceanos sofrem com o aumento da temperatura e também são sumidouro de carbono, então mantê-los saudáveis é também mitigar a mudança climática. Além disso, a maioria das grandes cidades brasileiras está na área costeira e conhecemos a vulnerabilidade de quem vive nas encostas. Lembrando que muitas comunidades dependem da pesca. Vamos ter que priorizar isso, já deveria ter sido priorizado, para falar a verdade. Esperamos ter cooperação também nessas áreas Valor: É ter visão de planejamento também, não é?

Ana Toni: O mar subindo acaba com os manguezais, acaba com os peixes, a salinização acaba com os corais. Queremos trazer o oceano e as zonas costeiras para dentro das políticas de mitigação e adaptação é mostrar que são áreas tão importantes quanto a agricultura, a indústria e outras. Clima não é só um tema ambiental, estamos falando de modelo de desenvolvimento. Não é um tema restrito. Depende de todos os ministérios. Do setor privado, de governos subnacionais. Já temos a linha de chegada.

Valor: O que quer dizer?

Ana Toni: O Brasil já tem uma determinação básica que é chegar em 2050 sendo carbono líquido zero. O que isso significa para uma meta de 2030? Essa não é uma meta do governo federal, é uma meta do Brasil. É quase fazer um mutirão para que a gente chegue lá.

Valor: E o desmatamento?

Ana Toni: Temos o nosso plano setorial do desmatamento, que é o PPCDAm, que foi revisado e está a mil por hora com o governo federal tentando reverter esse momento horrível dos últimos quatro anos, com desmatamento desenfreado. Vai demorar um pouco, porque o desmatamento já foi contratado, mas tem um programa robusto de combate. Mas para que as metas brasileiras façam parte de um modelo de desenvolvimento, têm que ter plano setorial de agricultura, indústria, transportes, energia. A gente quer um modelo de desenvolvimento sustentável, de baixo carbono, próspero e justo socialmente..

Valor: Nos últimos quatro anos, enquanto o Brasil ficou parado, outros foram para frente. Como o Brasil pega o bonde?

Ana Toni: Não só o Brasil perdeu tempo, mas andou para trás. O governo brasileiro, melhor dizendo, não o Brasil. A sociedade, setor privado, governos subnacionais andaram para frente e estão conscientes de que Europa, EUA e também Índia, China e África do Sul trouxeram o clima para o centro de suas políticas industriais e de desenvolvimento. Não tem jeito, teremos que dar um pulo de gato. Temos vantagens comparativas em relação a muitos outros, por exemplo, na nossa matriz energética. Temos que transformá-las em vantagens competitivas.

Valor: Que olhar a secretaria terá para justiça social, racismo ambiental, justiça climática?

Ana Toni: Não há outra maneira de combater a mudança climática senão com justiça social no Brasil. Esse tripé-baixo carbono, justiça social e prosperidade econômica -tem que vir junto. Temos que ter políticas de baixo carbono que tragam mais e melhores empregos. Temos escolhas a fazer nos diversos cenários de descarbonização. Não serão escolhas fáceis, mas não dá para deixar ninguém para trás.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187357?page=1§ion=1)**

Secretário revela números da composição do IVA

Manuel Marçal

O secretário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse ontem que o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - que deve reunir diversos **tributos** hoje existentes a partir da **reforma tributária** - deve ter uma alíquota de 9% para a União, 14% para os Estados e 2% para os municípios - totalizando a alíquota de 25% já especulada.

A declaração de Appy foi feita em um evento da Associação Nacional do Ministério Público de Contas. "Os municípios nesse modelo de **reforma tributária** terão uma alíquota do imposto. Simplificando, a alíquota federal será de 9%, dos Estados 14% e dos municípios 2%. De todo o consumo no município, 2% será receita do município. O município pode não se esforçar e a rigor ele vai receber alguma coisa. E ele pode fiscalizar o varejo e terá uma boa receita. Ele ganhará 2% de tudo o que ele conseguir formalizar de vendas no varejo", detalhou Bernard Appy.

O secretário rejeitou também a hipótese de serem concedidos créditos tributários para o setor de serviços.

Arcabouço fiscal: Lula se reúne com Haddad nesta quinta-feira

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vai se reunir hoje com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir o novo arcabouço fiscal. O encontro vai ocorrer após o petista voltar de viagem a Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (PR).

O mandatário disse que recebeu ontem a proposta da nova regra fiscal, mas que ainda não teve tempo de olhar: "Eu ainda vou fazer reunião com o Haddad para discutir o arcabouço. Até amanhã vou me reunir com ele. Eu vou de manhã em Itaipu e na volta eu vou conversar com o companheiro Haddad".

O petista disse que quer fechar o novo desenho da âncora fiscal, que vai substituir o teto de gastos, antes da sua viagem para a China - marcada para o fim deste mês.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Endividamento seguirá em expansão, mesmo com novo arcabouço, prevê Itaú

Anaís Fernandes De São Paulo

Apesar de ter como cenário-base um novo arcabouço fiscal que conte com algum controle de despesas, o Itaú Unibanco não trabalha com um horizonte de estabilização da dívida pública.

"O Brasil tem uma dívida elevada para um país emergente. Para estabilizar, tem de voltar a gerar resultados primários e, para tanto, precisa ou aumentar **impostos** ou reduzir outros gastos", disse o economista- chefe do banco, Mario Mesquita, a jornalistas ontem.

"Não achamos que vai fazer esse ajuste, por isso esperamos que a dívida siga crescendo", afirmou. O Itaú projeta que a relação dívida/ **PIB** passe de 72,9% em 2022 para 76,1% em 2023 e 79% em 2024.

No debate público, existem diversas propostas para o novo arcabouço fiscal, observou Mesquita.

"Todas acabam levando a uma melhora do resultado primário, mas insuficientes para deter o crescimento da dívida", disse. "A trajetória do crescimento da dívida é algo com que a gente deve se acostumar para os próximos anos", afirmou.

Mesquita destacou três "critérios interessantes" para um arcabouço fiscal: simplicidade, previsibilidade e impositividade.

No cenário-base do Itaú, segundo Mesquita, haverá uma regra que discipline o crescimento do gasto. "Não vai ser chamada de teto, mas vai ter efeito parecido, mas também não vai ser um crescimento zero. Vai ser um crescimento modesto acima da **inflação**", disse.

Mesquita também afirmou que a equipe tem dúvidas em relação à aprovação da um **reforma tributária** como tem sido ventilada. Apesar de haver empenho do governo, "agora começamos a ver as questões setoriais", disse, citando notícias recentes de críticas da bancada do agronegócio, por exemplo.

"Pode haver avanço na direção de simplificar, sem chegar a uma unificação completa", apontou.

Com o governo se encaminhando para completar cem dias, a abertura ao diálogo tem sido a marca da gestão

do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, até aqui, na sua avaliação.

"Percebo um ministro muito aberto ao diálogo com a sociedade, o mercado, os economistas." Com o caso da reoneração dos combustíveis, Haddad "começou a ganhar suas batalhas", disse Mesquita. "Agora, vai partir para ofensiva de comunicação e convencimento quando ele anunciar o arcabouço fiscal", afirmou.

Mesquita disse ver mais continuidades do que rupturas, o que considerou normal. "Economia não muda do dia para a noite." Questionado sobre as indicações para duas diretorias do Banco Central, Mesquita disse que "tem gente muito boa no Banco Central que pode assumir" e "tem gente muito boa no mercado também". "Não esperamos grande mudança na condução da política monetária em função dessas duas nomeações." Mesquita defendeu a governança para definição das metas de **inflação** no Brasil através do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em última instância, disse, a autoridade final fica com quem foi democraticamente eleito, e o presidente da República "vive com as consequências positivas ou negativas da decisão", afirmou, reforçando que o BC também deve e é ouvido no processo.

Mesquita ponderou, no entanto, os efeitos de eventuais mudanças nas metas. "Não tem garantia nenhuma de que, subindo a meta de **inflação**, você reduz a taxa de juro real", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187493?page=1§ion=1>

FPE propõe a Haddad desoneração linear da folha de pagamentos

EDUARDO RODRIGUES e GIORDANNA NEVES

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) levou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma proposta de desoneração linear e definitiva da folha de pagamento para todos os setores, como uma forma de compensar o aumento da tributação do setor de serviços - um dos maiores entraves à **reforma tributária**.

"Nossa proposta é de uma transição, desonerando gradualmente a folha de salários e aumentando a calibragem do IVA dos serviços", afirmou o presidente da Frente, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP).

O governo pretende abordar os descontos na folha após a mudança na tributação do consumo, atrelando o benefício à tributação de dividendos na reforma dos **impostos** sobre a renda. Bertaiolli lembrou que a atual desoneração da folha para 17 setores da economia termina no fim do ano.

O deputado também relatou o compromisso de Haddad em não alterar o Simples Nacional na **reforma tributária**, mas cobrou do ministro a correção do teto do regime. O limite de R\$ 4,8 milhões de faturamento anual é o mesmo desde 2016.

"Defendemos a atualização pelo IPCA, que elevaria o teto para R\$ 8,3 milhões." A FPE ainda levou à equipe da Fazenda a preocupação com o chamado "contrabando digital" de produtos chineses que seriam sub-taxados na entrada no País. "São oito cargueiros por semana de produtos da China subfaturados, com valor abaixo de US\$ 50, dividindo uma mesma compra em vários pacotes para escapar da tributação.

São bilhões de reais não arrecadados", concluiu.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Transparência para a reforma - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

O governo não vai enviar um novo texto de reforma tributária para o Congresso, como se esperava no início do ano pelas declarações da época do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Esse ponto, que parece óbvio para os negociadores da reforma, que se mobilizam no Congresso e em reuniões técnicas com os principais atores envolvidos, não estava claro para muitos que acompanham a evolução da reforma tributária fora do círculo de poder em Brasília.

Isso significa, na prática, que a influência do governo na reforma será feita por meio do grupo de trabalho da Câmara, criado pelo presidente da Casa, Arthur Lira. E, em última instância, no parecer final do relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Para o debate público, no entanto, essa estratégia pode não ser o melhor caminho. Vale mais bater na porta do relator ou de Haddad? Afinal, os relatórios das PECs 45 (Câmara) e 110 (Senado) foram negociados na legislatura passada e durante o governo Bolsonaro.

É pouco crível achar que a decisão de não apresentar um novo texto significa entregar de vez a condução da reforma ao Congresso. Essa estratégia permite que a equipe econômica não fique exposta às críticas por um algum ponto que defenda.

Via o relatório de Aguinaldo, não se saberá ao certo o que o governo quer e não abre mão.

O problema desse rumo tomado nas negociações é que começa a aparecer certa irritação dos setores empresariais. Eles querem mais detalhes e menos retórica dada ao diagnóstico da necessidade de aprovação da reforma, que já está dado há décadas.

Em vez de se falar dos detalhes, fica-se falando o tempo todo de como a reforma é importante para o crescimento.

E é mesmo. Mas é preciso mostrar também o "vamos ver", que não está sendo exposto ao público. As empresas têm medo de que o relatório do deputado

Aguinaldo vá para a votação do plenário no atropelo, sem tudo esclarecido.

Não se fala claramente como será feita a regulamentação da PEC. A proposta deixa pontos essenciais para lei complementar posterior, que só será enviada no ano que vem pelo governo. Não se sabe como será a regulamentação. Não se revelou nada ainda desse depois.

Só o que se ouve é que o Congresso que vai decidir.

O que se quer é matar no peito a mudança do sistema tributário dos impostos do consumo na votação da PEC e depois, com a necessidade de menos votos, aprovar a regulamentação.

Sem transparência total, com todas as cartas na mesa, a reforma pode até ser aprovada na Câmara, mas pode parar no Senado.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>